

LITERATURA MEDIEVAL

Volume III

ACTAS DO IV CONGRESSO
DA
ASSOCIAÇÃO HISPÂNICA DE LITERATURA MEDIEVAL
(Lisboa, 1-5 Outubro 1991)

Organização de
AIRES A. NASCIMENTO
e
CRISTINA ALMEIDA RIBEIRO

EDIÇÕES COSMOS

Lisboa
1993

© 1993, **EDIÇÕES COSMOS e ASSOCIAÇÃO HISPÂNICA
DE LITERATURA MEDIEVAL**

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Capa

Concepção: Henrique Cayatte

Impressão: Litografia Amorim

Composição e Impressão: **EDIÇÕES COSMOS**

1ª edição: Maio de 1993

Depósito Legal: 63840/93

ISBN: 972-8081-06-5

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa

Telefones: 795 51 40 (6 linhas)

Fax: 796 97 13 • Telex: 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa

Telefones: 342 20 50 • 346 82 01

Fax: 347 82 55

Apostila a uma Genealogia Proposta por Leite de Vasconcelos, a Propósito de Certas Características Sintácticas de *O Livro de Esopo*

Luís Prista

Universidade de Lisboa

Ao divulgar o *Fabulário Português*, códice que descobrira na Biblioteca Palatina de Viena de Áustria, José Leite de Vasconcelos fez do texto (cuja «letra concorda com a de documentos portugueses datados do século XV [e] é boa e uniforme») uma «edição apesar de crítica, [...] quasi diplomatica», saída na *Revista Lusitana*¹. Na mesma revista, publicou depois o vocabulário e os estudos linguístico e literário².

Nessas páginas, percorrida a tradição do esopete, o Dr. Leite sintetiza num parágrafo o que pudera concluir sobre a ascendência do fabulário português: «A conclusão última a que chego é que *O Livro de Esopo*, com quanto effectivamente se relacione de modo íntimo com o *Fabulario* do *Anonymus* de Nevelet (Walter), não provém directamente d'este, mesmo com alterações, mas provém de algum texto em prosa, latino ou romanico, derivado do *fabulario gualteriano*»³.

Leite de Vasconcelos quase esgotou o tema. Como acontece com outros assuntos em que se deteve, resta fazer poucas achegas. No caso presente, o acrescento com que supomos melhorar as suas conclusões surgiu inesperadamente, já que o que nos ocupava era a sintaxe do *Livro de Esopo* (ou nem tanto: estudávamos as construções de complementação verbal, adjectival e nominal do fabulário). Ora certas peculiaridades dessas construções, e, mais ainda, a sua distribuição pelas fábulas do códice, sugeriam um subsídio à genealogia do esopete. Afinal, o que se tenta demonstrar a seguir é que é possível refazer assim a última parte da conclusão de Leite: «[*O Livro de Esopo*] provém de dois textos em prosa, latino, um, românico, o outro (ou, pelo menos, a distâncias diferentes do texto latino), ambos derivados do fabulário gualteriano».

Seja-nos permitido apresentar primeiro um resumo dos factos com que descrevíamos a subordinação completiva de *O Livro de Esopo*, ainda que só algumas das observações sejam retomadas a propósito da tradição do fabulário⁴.

Começamos pelas completivas infinitivas. (i) A julgar pelas ocorrências com sujeitos subjacentes de segunda pessoa ou plurais, o infinitivo impessoal é de regra na subordinação não conjuncional. Em orações completivas só figuram três formas que correspondam indubitavelmente a infinitos flexionados:

«[A] paz (...) me faz a mym os meus comeres sseerem delicados» [12,13];

«A my praz mays que elle [rhoje] pelo chãao que vos cobrirdes delle as vossas velhacas nadeguas» [42,15];

«como as tu tanto ardir de fallar e de te parares no camynho per omde ey d'andar?» [29,9].

(i') As duas últimas abonações, de situações em que a forma verbal flexionada pertence a uma oração coordenada com a completiva, talvez deixem concluir que contextos do género facilitam o aparecimento de infinitivos flexionados (erigindo-se em condição quase necessária a esse comportamento do verbo).

Entretanto, (ii) enquanto várias construções infinitivas são precedidas de preposição (ainda que irregularmente; opcionalmente, ao que parece) de que hoje prescindiríamos, (ii') a preposição é sempre omitida antes das orações de *que* dependentes dos mesmos verbos. Com

declarativos e epistémicos (*eg cuidar Prep Finf*, ao lado de *cuidar Finf*, mas nunca *cuidar Prep Que F*, sempre *cuidar Que F*), com volitivos e optativos (*eg querer Prep Finf*, *desejar Prep Finf* — e também *V Finf* —, mas sempre *V Que Fconj*).

(iii') Mesmo com verbos que habitualmente exigem completivas preposicionadas (*constranger*, *convidar*, *a[d]moestar*, *[a]conselhar*, *acusar*,...) e que em outros textos arcaicos têm abonado esse uso, as completivas conjuncionais do esopete não levam nunca anteposta a preposição (*eg hũa raposa convidou a çegonha que jamtasse com ella*) [19,2], «*não devemos cõostramger nhũa perssoa que digua nhũa cousa per força*» [60, 10]; ao mesmo tempo, (iii) nas infinitivas regidas por verbos superiores que exigem preposição, não é muita a selectividade no uso das preposições, e pode um mesmo verbo ter escolhas diversas sem que se ressinta a acepção ou se tenha modificado o contexto sintáctico: «*ajudarey a enforçar*» [34,30] vs «*ajudam de fazer mall*» [62,14]; «*o boy pequeno aprende de arar do grande*» [36,8].

(iv) Aparecem completivas de um mesmo verbo superior coordenadas entre si, mas correspondendo a interpretações diferentes do V com comportamentos também diversos:

«E a aguya começou a *roguar* e a *braadar* aa raposa que nom *fezesse* mays fogo e que lhe *queria dar* sseus filhos» [13,9 & 13,10], em que ou cada uma das subordinadas completa um dos verbos superiores — e teríamos *roguar* seguido de frase no conjuntivo e *braadar* com completiva no indicativo —, ou as orações interpretam *braadar* de modo diferente: primeiro, como directivo (por isso, o conjuntivo), depois, como declarativo;

«Os boys lhe *diserõ* que mays *sseguro sseria* em algũa mata que estar aly ou sse *fosse* ascomder em algũu rio» [44,6], com *dizer* a subordinar uma completiva com o verbo no indicativo e outra com o modo conjuntivo (correspondendo a segunda oração à interpretação de *dizer* como declarativo de ordem); vd. tb. 32,16 (*Mandar Que Fconj + Find*) e 31,2 (*Rogar Que Fconj + Find*).

(iv') Uma completiva (mesmo conjuncional) pode coordenar-se com um sintagma nominal com as mesmas funções de objecto directo («*vio tanta multidom d'animalias e que davam tam grandes vozes*» [30,5]; cfr. 44,6: variação do fenómeno?).

Inversamente, (v) há notícia de frases em que dois verbos justapostos são seguidos de completiva única, sem que se perceba claramente de qual esta depende:

«os quaaes o *comselham* e *ajudam de fazer mall*» [62,14];

«*comvida* os homees e *amoesta-os* que *venhã* a colher das frores e do fruyto» [0,10]; vd. tb. 9,12 («*ho doutor nos da ensinamento e diz* que nos nom *devemos* creer»);

é sedutor acreditar que ambos possam funcionar como subordinantes, ao mesmo tempo (cfr. tb. 13,9-10, já transcrita).

O complementador mais habitual é *que*. (vi) Em sequências de completivas coordenadas, prescinde-se, por vezes, da sua repetição («*Ho missigeyro disse* ao vaqueyro que se *alcasse* e sse *combatesse* ou se *desse* por veemçudo» [61,40]); mas (vi') *que* é facilmente repetido sempre que uma oração subordinada se coloca, após o verbo superior, entre si e a completiva:

«e o *Senhor* disse ao alcaide que se lho *furtassem* per ssua maa guarda que *emforçariam* ell» [34,10];

«*prometendo-lhe* que sse ho *desse ssão* que lhe *faria* muyto algo» [7,6].

Mais do que a extensão da frase, é a sua análise que determina o reaparecimento do complementador, mas é de supor que em completivas com conjuntivo o ressurgimento seja menos necessário.

Além de *se*, só uma vez abonado («*Quero veer [LV se] he assy*» [17,7]), (vii) desempenham papel idêntico ao de *que*, ainda que seja discutível se são sempre rigorosamente apenas introdutores da completiva, como («*pellas quaes ell nos emsinava* como os homões do mudo

devem de viver *vertuosamente*» [0,7]; vd. tb. 34,27) e em como («ssoubre dell a verdade em como matara aquel judeu e lhe tomara todo sseu aver» [45,12-13]; vd. tb. 61,6).

Obrigam a leitura vigiada alguns caprichos da ordenação das palavras: (viii) antecipam-se ao verbo superior unidades que esperaríamos encontrar na completiva:

«e ssobr'esta ssepultura dizia que queria viver e morrer» [34,5] (entenda-se 'dizia que queria viver e morrer sobre. esta sepultura');

«porque per nosso trabalho mamdou Deus que vivessemos» [32,16] ('vivessemos per nosso trabalho');

«eu vo-llo ajudarey a enforçar» [34,30] (vd. posição do objecto directo cliticizado da completiva); tb. 0,5, *infra*;

(ix) certos trechos comportam anacolutos, eg

«o poeta nos demostra e diz que os homêes jnuco e cruees que ssëpre perseveram em mall, digna cousa he que façam maa fim e mortes maas mouram» [31,8];

«e o carneyro veendo que nom avia per hu pagar mandaron-lhe que vendesse a llãa [4,11-12] (o sujeito da oração reduzida gerundiva não é sujeito da oração de que depende a completiva, mas objecto indirecto).

Contrariando tendência referida em (viii), pelo menos no caso dos vocativos (viii') há regularidade na preferência pela posposição:

«Rogo-te, o amyguo, que cantes hüu pouco» [15,5] (tb. entre verbo e completiva em 9,3 e 42,8; antes do declarativo só em «O cavalo, rogo-te que (...)» [29,21]).

Duas últimas fontes de confusão para leitores menos esforçados: (x) a fronteira, muito delida, entre os discursos directo, indirecto, indirecto livre. Dá-se exemplo com

«Os boys lhe diserõ que mays sseguro sserya em algüa mata que estar aly ou sse ffosse ascomder em algüu rio 'porque aquell que nos guarda e nos da de comer veria loguo a pouca d'ora aquy e sse te vir matar-t'a'» [44,6-9];

«Depoys ouve conselho com sseus conselheiros: 'o que mereçia este scudeyro?'» [45,18-19] (vd. tb. 45,10; 63,2; 34,7ss);

(xi) idêntica indefinição a propósito do carácter apositivo de algumas completivas —

«e ajnda nos emsina mais: que sse nos algem ssauda que nos nom assanhemos posto que a persoa prove que sseja. E que nom despreçemos os proves» [11,9-10],

«fezerom todas companhia com esta comdiçom que todas juntamente fossem aa caça [6,1-2]; vd. tb. 1,6.

Já Leite de Vasconcelos notara que «as nossas fabulas estão para as de Walter na relação, ora de parafrase, ora de simplificação, ora de imitação, e raramente na de versão litteral»⁵. O que acrescentamos é que tal mudança de atitude ante o texto gualteriano se estende a comportamentos mais estritamente linguísticos e encontra (ao menos, em manifestações na área da subordinação aqui estudada) afinidades com o pouco que acerca da tradição do esopete podemos inferir. Ou seja: o texto do manuscrito de Viena compreende dois ou três níveis de variação relativamente a um texto latino, e a distância a que cada um dos grupos de fábulas se mantém da língua do original é devida a singularidades do acto de cópia do fabulário, sendo tais circunstâncias explicáveis.

Porque da leitura de parte do *Fabulário* (a dos textos iniciais) se intuía uma sintaxe mais latina (alatinada, mais do que latinizante) do que a de outros passos do esopete, procurámos no rol de completivas marcas dessa repartição por graus de proximidade do latim. Arriscámos que pudessem interessar-nos os casos em que avaliar da aposição das orações se tornava difícil (cf. xi) bem como os de indefinição entre discurso directo e indirecto (x), considerando

que resultariam de apego ao estilo indirecto latino (ele próprio, a meio caminho entre discurso directo e subordinação) e à ténue demarcação entre estruturas coordenadas e subordinadas de que o latim dá testemunho. Entre as contingências de uma tradução literal contar-se-iam também as abonações com dois verbos superiores justapostos e completiva única (v), os exemplos de coordenação excêntrica da subordinada completiva (iv e iv') — que correspondem a construções usuais em latim, mas não são frequentes no português antigo —, as ocorrências de anacolutos (ix) e de hipérbatos inusitados (viii), em que um tradutor mais subserviente tenderia a incorrer.

Se os resultados confirmaram que o grupo das primeiras fábulas era prolixo nos comportamentos a que nos atínhamos, é verdade que as histórias para que as ocorrências remetiam dispersavam-se pelo fabulário, apesar de, desde logo, sobressaírem zonas generosas em atestações. E, realmente, a relativa inconstância da distribuição estava longe de significar casualidade das manifestações.

Foi possível verificar que as fábulas a que correspondem os indícios de proximidade de um texto em latim fazem parte somente de alguns dos grupos referidos por L(eite de)V(asconcelos)⁶ no confronto com o *Gualterius Anglicus*: são as histórias 0 a 17 (GA: 60-62), 46-48 (GA: 18-20), 49 (GA: 21), 50 (GA: 21-A), 61-63 (GA: 60-62) e, embora LV não as considere individualmente, 44-45 (GA: 58-59) e 51-53 (GA: 22-24). Ficavam de fora as fábulas 18-43 (GA: 32-57) e 54-60 (GA: 25-31) — a que haveria que subtrair 30 e 31 (GA: 44 e 45) —, sem evidências de versão chegada ao esopete latino. Ter-se-á notado que estes grupos correspondem — com as poucas excepções assinaladas, 44-45 (GA: 58-59) e 30-31 (GA: 44-45) — às fábulas 25-57 do *Gualterius Anglicus*, i.e. a metade final do *Anonymus Neveleti* descontados 60-62 (*Fab. Port.*: 61-63), tríade, aliás, especial (lembre-se que não consta do *Romulus vulgaris*⁷).

Em apoio da observação da contiguidade dos dois grupos, verifica-se que as frases feitas que iniciam as fábulas (férteis em completivas, naturalmente) distribuem-se coerentemente por aqueles: **conta-sse que** e, uma vez, **diz que** ffoy introduzem as histórias 1-17 e 46-53. Incipit que já explicita o agente (**Pom exemplo o poeta/doutor; conta este poeta**) é comum a 18-45 e 54-60. As três últimas fábulas — 61-63 — conseguem um compromisso entre o **conta** indeterminado do grupo latino e a solução «pom exemplo» do segundo grupo: **conta o doutor este exemplo**. Vale a pena lembrar que LV⁸ pôde encontrar entre diluições prosaicas e românicas do *Anonymus* fórmulas que se assemelham às de 18-45, 54-60, 61-63 (para estas últimas, no *Isopo Riccardiano*). Não dá LV notícia de um possível ascendente da primeira das fórmulas (que, conjecturamos nós, deve ser um «dicitur» — ou «fertur» ou «narratur» — de uma primeira versão em prosa do gualteriano).

A escolha da construção com verbos declarativos e causativos que começa as moralidades confirma a consideração destes dois grupos de fábulas: na parte que aventamos seguir de perto uma dissolução em latim dos versos do gualteriano, surgem **Amestrar que Find, Ensinar que Find, Amostrar que Fconj, Ensinar que Fconj, Demonstrar que Find** (com selecção de modos ortodoxa); no grupo de fábulas que terão tido como intermediário um descendente românico da versão latina, é possível detectar cruzamentos das construções (surgem **Amostrar que Fconj** — que tb. aparece uma vez em 45,21 —, **Amostrar que Find, Amastrar que Find, Amostrar que Find** [57,11] — cfr. leitura de LV⁹ —, **Amostrar que Find** — aparece tb., uma só vez, em 53,9, e já muito perto da retoma do grupo não latino 54-60).

Entretanto, o declarativo volitivo **rogar** — mas só em fábulas do grupo mais aparentado ao texto em latim — construi-se, por vezes, com objecto directo —

«E este roussinoll ho rogava quanto podia que lhe desse o sseu filho» [31,2],

«e rogarô-no que lhe desse hüu Senhor» [49,4] —,

enquanto nas histórias restantes é unânime a construção com objecto indirecto. Lembrando Epiphania¹⁰, **rogar** constrói-se em português com a (OI) por acompanhar a sintaxe de verbos semanticamente análogos (eg a de **suplicar** < SUPPLICARE, com dativo); ousamos crer que,

guiado pelo exemplar latino (com o esquema **rogar acusativo**), o tradutor fizesse coexistir, nos trechos que lhe competiam, construções com objecto directo e indirecto.

O que respigamos acerca de outros traços linguísticos do *Fabulário* valida ainda a especificidade de 0-17 + 44-53 + 61-63 (vd. eg o uso de **o quall**, com 34 abonações — nestas 31 fábulas — e cfr. restantes 35 fábulas — 18-43 + 54-60 — com apenas 10 presenças do relativo-demonstrativo, no que temos afinal outra semelhança com a língua latina; atente-se a que a maioria das divergências entre o *Walter* e o esopete português apontadas por LV¹¹ caem em 18-43 e 54-60; repare-se nos seguintes casos em que o relativo está longe do seu referente — ainda outra contingência da tradução, ou prova da utilização como demonstrativo —:

«Em aquesta hestoria o doutor **ameestra** os homees que **devem** temperar ssuas linguoas e nom as devem teer ssem freo, pollas quaaes pode (...)» [14,7-8];

Huu dos boys lhe **disse** que ajnda **avia** de vir o sseu *Senhor* a veer como estavã o quall avia nome Arguu» [44,14-15] (vd. tb. 14,7 e 9,2);

cfr. usos inesperados de modos e tradução, como em

«Aqueste Exopo no *primeiro* anno do *predito* [re]y *Ciro* sse *comta* que *foss[e]* morto de maa morte per emveja» [0,5],

única ocorrência de **que Fconj** após **contar**, e que será erro na transferência do infinitivo perfeito latino «fuisse» do *Liber de vita et moribus philosophorum*: «Hic primo anno Ciri regis persarum fertur fuisse peremtus»¹²; o relativo **cuj** tem as suas duas aparições mais chamativas, por estranhas aos hábitos hodiernos, em 44,25 — «cuj a cousa era» — e 9,7 — «cuj era a casa»).

Finalmente, a acreditarmos que o *Fabulário Português* descende ora de uma dissolução em prosa latina dos versos do *Gualterius Anglicus* (ou pelo menos de uma tradução literal dessa adaptação em prosa) ora de uma outra versão românica (em tradução razoavelmente independente) do mesmo fabulário, falta explicar a falta de solidariedade desses momentos no nosso manuscrito. Por outras palavras: por que motivo o *Livro de Esopo* começa por um conjunto de fábulas (1-17) de pendor latino, se intercalam então as românicas 18-43,...

É possível criar um cenário assim: o escriba do nosso texto (ou de um seu intermediário) rege-se por uma tradução portuguesa de um manuscrito com a versão em prosa latina do texto gualteriano (esta adaptação muito literal segue a ordem que as fábulas têm no *Gualterius Anglicus*); apercebe-se o escriba, a certa altura, de que apenas pode usar o começo (0-24 de GA = 1-17 + 46-53 do *Fab. Port.*) e a conclusão (GA: 58-62 = FP: 44-45 + 61-63) da versão de que dispõe (porque faltam cadernos?; porque essas fábulas ficaram por traduzir?; pelas condições materiais do manuscrito?). Já copiara 0-17. Em vez de copiar de imediato o restante do que está traduzido, resolve, conscienciosamente, ocupar-se das outras histórias (empreendendo a sua tradução?; delegando essa tarefa?; recorrendo a outro texto já vertido em românico?), o que leva a que se sigam as fábulas 18-43 (que no GA eram, afinal, 32-57). Em todo o caso, quando termina a cópia dessa parcela — menos próxima do original latino, já se viu —, ou para cumprir uma unidade que nos escapa, ou porque só tardiamente se dera conta da disponibilidade da tradução, antecipa as fábulas 58-59 do GA (FP: 44-45), em vez de retomar a cópia em 18-24 (FP: 46-53). Só depois o faz, e, sabendo que só lhe restam traduzidas as três últimas fábulas, vira-se para 25-31 (FP: 54-60), concluindo o fabulário, conforme o exemplo da versão que foi seguindo, com 60-62 (FP: 61-63).

Notar-se-á que a explicação que demos poderia, com poucas reformulações, responder a uma outra situação. Com efeito, se quisermos consentir que as características próprias dos dois grupos de fábulas têm origem na distribuição de uma versão latina do *Walter* por dois tradutores, encontraremos em motivos semelhantes aos aduzidos justificação da sequência de fábulas.

Por alguma razão desconhecida, entre as histórias que escondem menos a origem latina, há um subgrupo mais marcadamente conservador do seu modelo: corresponde a 0-8 (até fol.

6^o). É aí que o uso de **o qual** é preponderante (dezanove das trinta e seis ocorrências do esopete); a partir do fol. 6^v (final da fábula 8), diminui a submissão ao modelo latino (cf. observação de LV¹³ de que a «9^a fábula de *Walter*, que é apenas narrativa, é n'*O Livro de Esopo* artisticamente dialogada» ou de que «no português aparece mudada de quando em quando a ordem das ideias do fabulário latino, como na fab. XVI»); coincide a mudança com o advento do uso de **ca** (regular a partir de 6^v = fab. 8, perfazendo seis dezenas de abonações, sem que ocorra até 6^v).

Fica muita coisa por compreender (não nos referimos, por exemplo, à particularidade de 30-31, nem explicámos a sua intercalação num grupo que lhe é adverso), mas também é verdade que o que falta aconselha a que se tomem percursos de outra índole, mais longínquos — cerca da Biblioteca Palatina de Viena de Áustria — e mais próximos — em estudo codicológico do seu manuscrito «3270* Philol. 291».

Notas

¹ «Fabulario Português», *Revista Lusitana* VIII, pp. 99-151, 1903-1905, pp. 99 & 101. Não citaremos porém o texto do fabulário por essa edição, mas por uma outra preparada pelo Seminário de Linguística Histórica (orientado por Ivo Castro; FLL, 1988-90). De resto, a nossa comunicação aproveita, com poucas alterações, um artigo elaborado para o referido seminário de mestrado (trabalho para que confluíssem já respigos de uma recolha feita para o Seminário de Sintaxe Comparada, orientado por Inês Duarte); naturalmente, insuficiências do ensaio só ao autor devem ser assacadas.

² *RLu IX*, pp. 5-109, 1906. Leite de Vasconcelos começa aqui a adoptar a designação — que vingou — *O Livro de Esopo*.

³ *RLu IX*, p. 99.

⁴ Não podemos esclarecer neste texto os critérios da edição por que citamos. Entre colchetes vão, separados por vírgulas, os números das fábulas (0 — em LV, [prologo do auctor] — + 1-63 — = LV, I-LXIII) e cláusulas. De nossa responsabilidade, o negrito nos exemplos, distinguindo as formas verbais que interessam, tenta facilitar a localização de subordinante e subordinada. Nas observações, mantivemos etiquetas que adoptámos para outro efeito (nomeadamente o diacrítico <>, sem a função a que o destinávamos, pode causar estranheza).

⁵ *RLu IX*, p. 147.

⁶ *RLu IX*, p. 92.

⁷ Cf. *RLu IX*, 90.

⁸ *RLu IX*, 100 ss.

⁹ «Reflexões ao 'Livro de Esopo' ou 'Fabulario Português'», *RLu IX*, 3-4, pp. 384-86, 190[6], p. 385.

¹⁰ A. Epiphânio da S. Dias, *Sintaxe Histórica Portuguesa*, 1970³ [1917], p. 111.

¹¹ *RLu IX*, 95 & 96, sobretudo.

¹² *apud LV*, *RLu IX*, 68.

¹³ *RLu IX*, 93.